



HISTÓRIA, TRABALHO, E EDUCAÇÃO: O PROCESSO EDUCATIVO DAS CRIANÇAS NEGRAS NAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO PARANÁ (1880-1900)

Lucia Mara de Lima Padilha

lupadilha5@yahoo.com.br

Maria Isabel Moura Nascimento

(UEPG)

Resumo

O presente trabalho refere-se à pesquisa de doutorado, do programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa – PR. Esta pesquisa propõe investigar o processo educacional das crianças negras nas comunidades quilombolas mais antigas do Paraná no período histórico delimitado entre o final do século XIX e meados do século XX. Neste período histórico, os discursos liberais republicanos propagavam a idéia de ‘liberdade’ e ‘igualdade’, propunham que a educação fosse oferecida pelo Estado e estivesse ao alcance de todos. Esse processo se concretizou ao longo do século XX, mas com a lenta inclusão da população negra nas escolas. Com esta pesquisa em História da Educação junto às comunidades quilombolas pretende-se realizar a reconstrução histórica, por meio do levantamento de dados e informações junto a estas comunidades, de como se deu a educação das crianças quilombolas. A escolha desta fonte de pesquisa deve-se ao fato de que as pesquisas realizadas sobre os quilombos no Paraná dirigem-se às especificidades das outras áreas do conhecimento, portanto, o resgate histórico do processo educacional das crianças quilombolas será de grande importância para a compreensão da História da Educação dos negros no Paraná. O método de análise desta pesquisa terá como pressuposto teórico-metodológico o Materialismo Histórico e Dialético. Analisar o processo histórico educativo das crianças negras nos quilombos do Paraná, utilizando como referencia essa orientação metodológica, pressupõe realizar uma análise da totalidade das relações, políticas, econômicas e sociais, presentes na sociedade da época, pois a educação não se dá de forma isolada, mas faz parte da vida do ser humano e articula-se às transformações do modo como os mesmos produzem materialmente a sua existência. Para dar conta desta problemática e compreendê-la imprimiremos a investigação e a escolha das categorias de análise (Estado, Trabalho, Educação), com os quais nos aproximaremos do objeto em estudo.

Palavras-chave: Educação. Quilombos. Paraná.

INTRODUÇÃO

O tráfico de escravos para o Brasil por três séculos e meio (do século XVI até meados do XIX) trouxe mais de três milhões de africanos, que foram distribuídos por várias regiões do país. A escravidão negra¹ foi praticada e legitimada por meio de um discurso burguês apoiado na religião que ideologicamente propagava a ideia de que Deus determinava, naturalmente, qual seria a condição de vida das pessoas na sociedade. De acordo com essa teoria, pela sua cor, os negros

1 A escravidão tem suas origens na antiguidade, período esse marcado por lentas e diferenciadas transformações nas formas de trabalho e no emprego da terra para a agricultura, utilizada para o plantio e também para o pastoreio. Esse desenvolvimento trouxe consigo a produção excedente dos bens materiais, e “[...] tão cedo o bem-estar da tribo aumentou, por causa das novas técnicas de produção, os prisioneiros de guerra passaram a ser desejados, e o inimigo vencido passou a ter sua vida garantida com a condição de transformar-se em escravo” (PONCE, 1963, p. 23). Note-se que na antiguidade os escravos não eram negros, mas sim todos os inimigos vencidos.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

eram vistos como pecadores, sendo a escravidão a única condição para alcançarem a salvação divina.

A exploração do trabalho escravo se deu em todas as instâncias econômicas do país, trabalhavam na agricultura, na mineração, nos serviços domésticos e também nos centros urbanos. A escravatura influenciou, “[...] decisivamente o modo pelo qual se organizavam as diversas esferas da sociedade. Desde o começo da época colonial até fins do período monárquico, marcou não só a economia, mas também a política e a cultura (IANNI, 1988, p. 11).

A presença do negro era notada nas,

[...] grandes plantações e nas roças, nas cidades e nos campos, os escravos constituíam a principal força de trabalho. Vendedores, ambulantes, artesãos, carregadores, empregados domésticos, carreiros, percorriam as ruas da cidade na sua incessante labuta (COSTA, 2008, p.23).

O Brasil foi o último país do mundo a abolir a escravidão, mesmo com a criação das leis internacionais de 1831 e 1850² que proibiam o tráfico de escravos, o país continuou recebendo milhares de africanos. O comércio e o tráfico negreiro representavam a lucratividade e o acúmulo de enormes fortunas, e em uma sociedade de classes, onde somente algumas “[...] poucas famílias de poderosos controlavam a política e a administração, era difícil fazê-las respeitar a lei, sobretudo quando esta feria seus interesses. Igualmente difícil era encontrar quem ousasse desafiar-las” (COSTA, 2008, p. 27).

O tráfico de escravos no país continuou por mais de cinquenta anos após a criação da primeira lei, vários recursos foram criados para burlá-la, de modo que, mesmo em menor escala, o tráfico continuou a ser feito no país. As grandes potências mundiais, da época, destacavam-se e afirmavam se no sistema capitalista, mas no Brasil a exploração humana, baseada no sistema escravista, continuava. E em pleno final do século XIX, quando um avanço tecnológico, científico, e econômico “[...] revolucionava as relações sociais, nos principais países da Europa e Estados

2 A Lei Feijó, constituída de nove artigos, declarava no primeiro, livres todos os escravos que entrassem no Brasil a partir da data de sua promulgação em sete de novembro de 1831. “Até 1850, o Brasil recebeu aproximadamente 3,5 milhões de africanos escravizados. A **Lei Eusébio de Queiroz** estabeleceu nesse ano medidas para reprimir o tráfico; um dos artigos determinava o julgamento dos infratores pelo Almirantado brasileiro, passando, assim, para o governo central o poder de julgar - antes conferido a júris locais. Os abolicionistas esperavam que, quando o fornecimento de escravos parasse, a escravidão fosse sumindo gradualmente, o que não aconteceu” (NASCIMENTO, 2004, p.26).





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Unidos, com repercussão na área periférica, esses novos recursos eram aplicados em um país ainda escravista (MOURA, 1988, p. 53).

O escravo era considerado como sendo uma “coisa”, desumanizado não tinha direito a nada, nem a sua própria existência lhe pertencia. Era propriedade de seu senhor e sofria muitas humilhações e castigos, eram freqüentes os açoites, os estupros, as mutilações e os espancamentos que levavam a morte. O escravo,

[...] não vendia a sua força de trabalho ao possuidor de escravos, assim como o boi não vende o produto do seu trabalho ao camponês. O escravo é vendido, com sua força de trabalho, de uma vez para sempre a seu proprietário. É uma mercadoria que pode passar das mãos de um proprietário para as de outro. Ele mesmo é uma mercadoria, mas sua força de trabalho não é sua mercadoria (MARX, 1954, p. 63).

No entanto, os escravos africanos e seus descendentes não foram passivos e apáticos diante das péssimas condições de vida. Devido ao tratamento violento que sofreram muitos reagiram fugindo e se refugiando em terras afastadas, que receberam o nome de Quilombo³.

Assim, promoveram lutas e organizaram a resistência, que ocorreu de várias formas durante o período escravocrata. As reações coletivas são as que mais se destacaram na repulsa à escravidão no Brasil. Durante toda a existência do regime escravista, os escravizados lutaram, organizando-se de diferentes modos, com os quilombos.

O primeiro quilombo, chamado de Palmares, foi formado no final do século XVI por escravos fugidos de engenhos de açúcar da região, que se agruparam na Serra da Barriga, em Pernambuco, um local de densas florestas de palmeiras, com terreno acidentado, o que tornava o acesso mais difícil. Em 1694, o quilombo de Palmares capitulou sob as investidas do exército. Zumbi foi o último dos líderes do Quilombo dos Palmares, que lutou com bravura até cair morto nas mãos dos bandeirantes em 20 de novembro de 1695.

Os Quilombos eram a forma de negação e resistência ao sistema que rebaixava os negros desumanizando-os ao tratá-los como “coisas” sem vontade própria e sem direito à voz e a

³ A expressão Quilombo, deriva da palavra Kilombo da língua Mbundo do tronco lingüístico Banto, com significado provável de sociedade como manifestação de jovens africanos guerreiros/as, Mbundo, dos Imbangala. Também a etimologia da palavra deriva do Quimbundo (Kilombo) significando ‘acampamento’, ‘arraial’, ‘povoação’, ‘capital’, ‘união’ e ainda ‘exército’ (LOPES, 2004. p. 550).





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

liberdade. E em todas as regiões em que o trabalho escravo se “[...] estratificasse, surgia o quilombo ou mocambo de negros fugidos, oferecendo resistência, lutando, desgastando em diversos níveis as forças produtivas escravistas (MOURA, 1987, p. 14).

Desse modo, a produção material baseada no trabalho escravo teve como “[...] componente estrutural mais importante as contradições entre senhores e escravos. E é essa a dicotomia contraditória que lhe é inerente que impulsiona a dinâmica social e não as áreas de estabilidade parcial que nele existiam” (idem, 1994, p.16).

Em geral, a denominação quilombo está ligada à idéia de negros fugitivos que se escondiam no meio das florestas, pois está relacionada com a interpretação do Conselho Ultramarino⁴ em 1740, que quando consultado pelo rei de Portugal sobre esses grupos sociais respondeu que Quilombo seria: “[...] toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele” (REIS, p.347, et al. 2008). No entanto, são diversas as origens das comunidades de quilombo localizadas em todo território brasileiro. Elas se formaram por diversos processos como: fugas com ocupação de terras livres e geralmente isoladas; heranças e/ou doações; recebimentos de terras como pagamento de serviços prestados ao Estado; simples permanência nas terras que ocupavam e cultivavam no interior de grandes propriedades; a compra de terras, tanto durante a vigência do sistema escravista quanto após sua abolição.

Apesar da liberdade concedida aos escravos pela lei da abolição da escravidão em 1888, os negros (ex-escravos e descendentes) não tiveram garantidos os direitos e oportunidades dados aos demais grupos étnico-raciais do país. Neste sentido, a luta das comunidades quilombolas pelo reconhecimento de direitos e valorização, pela sobrevivência de seus membros, pela preservação de sua cultura e reconhecimento e a valorização da sua história continua até os dias atuais.

⁴ A administração portuguesa para as colônias e conquistas iniciou-se com a Mesa de Fazenda, onde se reuniam os vedores, existindo para a área ultramarina o vedor da Índia, Brasil e Guiné. Este órgão foi posteriormente chamado de Conselho da Fazenda, extinto em 1604. Foi criado o Conselho da Índia nesse ano e extinto em 1614. O Conselho Ultramarino foi organizado em 1642, quando recebeu seu Regimento. A nomeação dos seus ministros foi estabelecida pelo Decreto de 14 de julho de 1643, e sua instalação ocorreu em 2 de dezembro de 1643. Competiam-lhe todas as matérias e negócios da Índia, Brasil, Guiné, São Tomé, Cabo Verde e África. O Conselho Ultramarino foi extinto em 30 de agosto de 1833. (Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro). Ver: <http://www.aperj.rj.gov.br/g_cons_ultramarino.htm>.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Conforme levantamento da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR/MEC⁵, atualmente existem 3.524 comunidades remanescentes de quilombos identificadas no território nacional, principalmente nos Estados da Bahia, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Rio Grande do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro.

Apesar de o número de escravos no Paraná, não ser tão expressivo comparando-se com as regiões de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, percebe-se que os mesmos estiveram presentes nos diversos trabalhos realizados no interior das fazendas e posteriormente nos centros urbanos, onde exerciam as “[...] ocupações menos qualificadas socialmente. Em atividades agropecuárias, no artesanato urbano, nos serviços domésticos, nos transportes locais e entre as vilas”. (IANNI, 1988, p.111).

No Paraná, a estrutura econômica concentrou-se, basicamente, na mineração (século XVII); na pecuária (século XVIII), e na extração da erva – mate (século XIX), ciclos estes que se sucediam e coexistiam ao longo dos períodos históricos. A presença dos escravos no Paraná pode ser constatada por meio de vestígios presentes nas antigas fazendas que formaram a região, e pelo número de comunidades remanescentes quilombolas.

Dados levantados em 1884 apontavam um número de 6.721 escravos distribuídos nos municípios do Paraná, sendo,

[...] 733 em Antonina, 661 na Lapa, 527 em Curitiba, 505 em Palmeira, 402 em Castro, 371 em Guarapuava, 359 em São José dos Pinhais, 309 em Campo Largo, 301 em Palmas, 296 em Jaguariaíva, 284 em Paranaguá, 279 em São José da Boa Vista, 250 em Ponta Grossa, 242 em Morretes, 217 em Tibagi, 189 em Arraial Queimado, 148 em Votuverava, 142 em Conchas, 117 em Guaraqueçaba, 94 em Guaratuba, 84 em Porto de Cima, 80 em Santo Antonio do Imbituva, 77 em Piraí, e 54 em Rio Negro. (MARTINS, 1995, p. 385).

Como citado anteriormente, em todos os locais do país onde existiu o sistema escravagista ocorreu a oposição entre escravos e senhores, e conseqüentemente a formação dos quilombos. No Paraná não foi diferente, localizadas em áreas distantes dos centros urbanos as comunidades quilombolas procuraram sobreviver e se organizar de acordo com a economia de cada região. Aos negros destas comunidades, os direitos tão proclamados no Brasil pelo ideário republicano no

⁵ Mais informações no site: http://www.seppir.gov.br/copy_of_acoes





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

início do século XX foram negados, pois os incluíam ideologicamente nos discursos, mas na prática o que se evidenciava eram o desprezo e a indiferença, demonstrados na hostilidade dos brancos. Os negros eram vistos como vagabundos, baderneiros, pessoas com maus hábitos higiênicos e sem educação.

O levantamento das Comunidades Remanescentes de Quilombos no Estado do Paraná realizado pelos pesquisadores do Grupo de Trabalho inter-secretarial Clóvis Moura do Estado do Paraná⁶, identificou a existência de trinta e nove comunidades remanescentes quilombolas, distribuídas em nove micros regiões do Estado do Paraná.

Essas comunidades quilombolas, localizadas em áreas distantes dos centros urbanos, lutam pelo direito à ocupação legalizada e permanente de suas terras, lutam também por uma educação de qualidade que respeite a sua cultura, e pelo direito de serem autores de sua própria história, pois,

Em tal situação de desigualdade, os grupos minoritários passam a valorar positivamente seus traços culturais diacríticos e suas relações coletivas como forma de ajustar-se às pressões sofridas, e é neste contexto social que constroem sua relação com a terra, tornando-a um território impregnado de significações relacionadas à resistência cultura (SCHMITT, p. 5, et al. 2002).

Os estudos históricos sobre o período pós-abolição têm mostrado que houve um alijamento da população negra da sociedade, de maneira tal que os ex-escravos e seus descendentes eram impedidos do acesso aos bens e serviços.

A transição do período imperial para o republicano foi marcado pela substituição da mão-de-obra escrava pela livre, essa mudança no modo de produção acarretou uma revolução no sistema econômico e social, sempre determinados pela luta de classes, e principalmente, “[...] através desses conflitos, as classes que necessitavam dessa mudança social conseguiram realizá-la em proveito próprio, ou de acordo com os interesses de outra classe” (MOURA, 1988, p. 17).

⁶ Clóvis Steiger de Assis Moura nasceu em 1925, em Amarante, no Piauí. Ingressou no PCB nos anos 1940, trabalhando como jornalista na Bahia e São Paulo. Intelectual que acompanhou o PC do B na ruptura de 1962, e anos de 1970, destacou-se pela militância junto ao movimento negro brasileiro. O projeto realizado pelo grupo de trabalho do professor Clóvis Moura, voltado para as questões sociológicas, iniciou-se em 2005 e teve como “[...] objetivo principal a realização do levantamento Básico de Comunidades Negras, remanescentes de quilombos ou não, historicamente e até agora invisibilizadas e/ou suprimidas pelas diversas esferas do poder e da sociedade civil [...]”. (Instituto de Terras, Cartografia e Geociências Terra e cidadania, 2008, pg. 17). Mais informações no site: <<http://www.quilombos.pr.gov.br/>>.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

O negro já não era mais visto como lucrativo para a economia do Brasil, nos discursos das classes dominantes, que apoiavam o branqueamento do país, os ex-escravos eram citados como pessoas preguiçosas e intelectualmente inferiores, sendo o branco, principalmente o europeu, visto como superior. Note-se que após a abolição,

[...] o negro cidadão é apenas o negro que não é mais juridicamente escravo. Ele foi posto na condição de trabalhador livre, mas nem é aceito plenamente do lado de outros trabalhadores livres, brancos. [...] É o escravo que ganhou a liberdade de não ter segurança; nem econômica, nem social, nem psíquica. É uma pessoa cujo estado alienado vai manifestar-se agora plenamente, pois é na liberdade que ele compreenderá que foi e é espoliado. Ele se tornou o cidadão que deverá compreender que já não estará mais integrado, ainda que hierarquicamente na posição mais inferior, mas integrado. Livre, ele estará só escoteiro dos meios de subsistência, dos instrumentos de produção. E tomará consciência de que não tem meios de consegui-los, salvo pela venda da sua força de trabalho, operação essa para a qual não foi preparado (IANNI, 1972, p.49, 50).

Com a proximidade da abolição, ocorrida oficialmente em 1888, e conseqüentemente com a possibilidade da substituição do trabalho escravo pelo livre, ampliam-se as discussões sobre a integração dos escravos libertos à sociedade brasileira.

Em 1878 discute-se pela primeira vez a questão da educação para os negros, pois se acreditava que os mesmos poderiam ser utilizados como mão de obra no novo sistema de trabalho. Nos Congressos Agrícolas, realizados no Rio de Janeiro e em Pernambuco, cogitou-se a possibilidade de criarem-se escolas técnicas para preparar os negros para o trabalho livre, no entanto,

[...] a crença de que a liberdade gradativa dos escravos deveria ser acompanhada da presença da escola para transformar “os ingênuos e os homens livres, parasitas da grande propriedade e da natureza pródiga, em trabalhadores submetidos às regras do capital [...] não se efetivou e, surpreendentemente, essas discussões desapareceram (SCHELBAUER, 1998, p. 52).

A educação voltada para a formação do negro deixa de ser colocada como necessária quando ocorre a substituição do trabalho escravo pelo trabalhador livre, e à medida “[...] que os imigrantes se integravam às fazendas de café garantindo a continuidade da produção, os apelos à criação de colônias agrícolas, fazendas-escolas e colônias orfanológicas deixaram de ecoar” (SAVIANI, 2008, p. 164).





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Os discursos liberais republicanos propagavam a idéia de ‘liberdade’ e ‘igualdade’, propunham que a educação fosse oferecida pelo Estado e estivesse ao alcance de todos, inclusive para os negros, proibidos até então de freqüentarem as escolas. Mas qual era o real interesse nesse ideal? Pois, nas sociedades de classes o Estado, como produto do desenvolvimento histórico da humanidade, representa a organização política da classe dominante, serve como instrumento da dominação da classe dos exploradores sobre os explorados. Nascido diretamente e fundamentalmente dos antagonismos de classes. Ele não impõe seu poder à sociedade, “[...] de fora para dentro, é antes um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento” (ENGELS, 1991 p.191).

Atualmente, o Governo Brasileiro, por meio da Coordenação Geral de Diversidade, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), do Ministério da Educação (MEC), têm desenvolvido projetos e políticas que buscam oferecer uma educação de qualidade às comunidades quilombolas, visando desenvolver os potenciais de crianças adolescentes e jovens e adultos quilombolas. Neste sentido, a SECAD promoveu em novembro de 2010 o I Seminário Nacional de Educação Quilombola⁷ com a finalidade de produzir subsídios para a elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Quilombola.

Constata-se com essas observações sobre o alijamento da população negra das escolas no início do século XX e a preocupação no início do século XXI, não mais com a oferta de escola, mas na elaboração de diretrizes para a educação oferecida aos quilombolas, que há um intervalo de constituição do processo de educação escolar dos quilombolas.

O período republicano brasileiro teve como principal bandeira a criação dos Grupos Escolares para a propagação do ensino regular oferecido gratuitamente pelo estado. Afirmava-se que a educação seria a solução para os problemas existentes, e que a mesma seria o caminho para o progresso do país.

⁷ Mais informações no site: <<http://educacaoquilombola.mec.gov.br/>>.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

O objetivo era a propagação de uma ideologia que, ocultando as diferenças sociais, proclamasse o discurso de igualdade e da homogeneidade. O discurso liberal enfatizava que todos os homens possuíam os mesmos direitos e que perante a lei todos são iguais. Na ideologia burguesa liberal a ascensão econômica e social é uma recompensa pelo mérito pessoal, ou seja, a idéia que se propagava era a de que por meio da educação, do trabalho e da dedicação todos teriam acesso à propriedade privada.

Problemática

Nesse contexto, final do século XIX e início do século XX, foram criados os grupos escolares urbanos em algumas regiões do país. Por tratar-se de regiões onde se concentrava o comércio foram matriculados os filhos da burguesia e alguns poucos filhos de empregados que moravam na região. Para atender as crianças pobres que viviam distantes dos centros urbanos e também aquelas que viviam nas colônias de imigrantes foram destinadas as precárias escolas Públicas Isoladas.

Os grupos escolares republicanos foram construídos com toda imponência, diferentemente das escolas criadas no período imperial, considerado pelos republicanos como uma época atrasada. A proposta, de educação, apresentada pelos liberais, colocava a escola e a educação, como capazes de modernizar o país, assim os prédios deveriam atender as necessidades higiênicas e pedagógicas tão enfatizadas nesse período.

As classes que compunham os grupos escolares eram formadas por meninos, cujas matrículas eram obrigatórias dos sete aos quatorze anos, e meninas, dos sete aos dois anos, “[...] ficando isentas dessa obrigatoriedade as crianças que residiam a uma distância de mais de três quilômetros da sede da escola urbana, suburbana ou rural” (NASCIMENTO, 2006, p.333).

Os grupos escolares republicanos, durante as primeiras décadas de sua implantação, atenderam alguns alunos oriundos das camadas pobres da sociedade brasileira. É importante salientar que nesse período histórico, um grande número de crianças, pobres e negras, viviam em locais distantes das áreas urbanas, o que as isentava da obrigatoriedade do ensino.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

As poucas crianças negras que conseguiram freqüentar os grupos escolares republicanos sofriam com a hostilidade e com o preconceito. Eram vistas como desinteressadas e mal educadas, o que acarretaria, segundo o discurso burguês, na transmissão desses maus hábitos para as crianças brancas que teriam que conviver e dividir os espaços escolares com essas crianças.

Surgem então os seguintes questionamentos: Para as crianças negras filhas de ex-escravos que viviam nos Quilombos e nas localidades distantes dos centros urbanos, qual foi à educação ofertada? Elas tiveram acesso aos grupos escolares republicanos? Houve o interesse, por parte dos governantes, em criar escolas Públicas Isoladas nas comunidades quilombolas ou as mesmas ficaram à margem da sociedade? Quais foram os processos educativos desenvolvidos pelos quilombolas para formar suas crianças? Quando e como as crianças quilombolas passaram a ter acesso ao ensino regular oferecido pelo Estado? Quais foram as dificuldades apresentadas na relação quilombo e escola do Estado?

Para dar conta desta problemática e compreendê-la imprimiremos a investigação e a escolha das categorias de análise (Estado, Trabalho, Educação), com os quais nos aproximaremos do objeto em estudo, no caso, a Educação das crianças negras nas comunidades quilombolas do Paraná.

Justificativa

Na passagem do império para república, no projeto de expansão republicano, a educação para os negros fora negada e os quilombos mais esquecidos ainda. Diante desta situação aparece a organização dos quilombolas.

Os debates acerca da escravidão negra no Brasil não são recentes. Podemos citar alguns autores: Gilberto Freyre - *Casa Grande e Senzala*; Raymundo Nina Rodrigues - *Os africanos no Brasil*; Florestan Fernandes e Roger Bastide - *Branços e Negros em São Paulo*; Octávio Ianni - *As Metamorfoses do Escravo*; Fernando Henrique Cardoso - *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional – O negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*; Ciro Flamarion Cardoso - *O modo escravista colonial*; Jacob Gorender - *O Escravismo Colonial*; Emília Viotti da Costa - *Da Senzala à Colônia*; Clóvis Moura - *Rebeliões na Senzala*; entre outros.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

No Paraná os estudos sobre a educação das crianças negras nos Quilombos é um tema que foi pouco estudado. As pesquisas realizadas sobre as comunidades quilombolas existentes no Estado, até o presente momento, estão ligadas a Sociologia, a História, a Geografia e a Antropologia, há uma carência de estudos na área da História da Educação.

Parece pertinente citar os trabalhos encontrados no levantamento do Estado do Conhecimento que, de uma forma ou de outra, produziram dados sobre o tema. Trata-se da dissertação de Andressa Lewandowski, “Agentes e agências: o processo de construção do Paraná negro”, defendida em 17/12/2009; e da dissertação de Maicon Silva Steuernagel, “Entre margens e morros: a geografia narrativa dos filhos da Pedra Branca”, defendida em 16/08/2010, ambas realizadas na Universidade Federal do Paraná, na área da antropologia social. As teses encontradas são de autoria de Miriam Furtado Hartung, “A comunidade do Sutil: História e etnografia de um grupo negro na área rural do Paraná”, defendida em 03/10/2000, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, na área da antropologia; e a tese de Claudemira Vieira Gusmão Lopes. “O etnoconhecimento e sua contribuição para o desenvolvimento rural sustentável: o caso da comunidade negra do Varzeão, Vale do Ribeira, PR.” Defendida em, 19/03/2010, na Universidade Federal do Paraná, no setor de Ciências Agrárias.

A partir deste levantamento do Estado do Conhecimento percebeu-se então a necessidade de pesquisas sobre os Quilombos paranaenses que venham contribuir para com a história de formação dos negros nestas comunidades, principalmente na área da História da Educação.

Os discursos ideológicos republicanos enfatizavam a criação das escolas públicas, em forma de grupos escolares, que atenderiam a todas as crianças do Brasil. No entanto, no período histórico delimitado para essa pesquisa, pouco se tem escrito sobre a educação das crianças negras que viviam nos Quilombos paranaenses. Cabe ressaltar que, as comunidades quilombolas ao longo de sua história, promoveram diversos processos educativos visando a formação de suas crianças, que precisam ser resgatados para que se possamos compreender o processo histórico de criação destas comunidades. Desta forma, esta pesquisa se justifica tendo em vista a necessidade de se analisar os cenários de luta e enfrentamentos das comunidades quilombolas no Paraná, assim como sua interação no interior da sociedade escravista que passava por uma mudança conjuntural, procurando discutir os ideais Republicanos de educação no país.





Objetivos

Esta pesquisa tem por objetivo geral reconstruir historicamente o processo educacional das crianças negras nas comunidades quilombolas do Paraná.

São seus **objetivos específicos**

- identificar os vários processos educativos desenvolvidos pelos quilombolas para formar suas crianças;
- investigar quando se deu o ensino regular e estatal para as crianças quilombolas;
- analisar os processos educativos implementados nas escolas públicas para atender às crianças quilombolas;
- analisar as contradições apresentadas nas relações entre os quilombos e a escola pública.

Metodologia

Por considerar as comunidades quilombolas no Paraná como parte de uma sociedade, organizada a partir das relações estabelecidas pelo homem com a natureza, que o método para análise dessa pesquisa terá como pressuposto teórico o Materialismo Histórico e Dialético. Pois, é na produção dos bens materiais da existência da sociedade que,

[...] os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social (MARX, 1977, p.23).

Desde a sociedade primitiva o homem produz seus bens materiais, e foram essas relações de produção que desempenharam o principal papel no sistema de relações sociais entre os homens, ou seja, a partir destas relações que foram definidas as idéias, a política, a cultura, e a religião em cada período histórico da humanidade. Pois, as relações de produção constituem

[...] a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual uma superestrutura jurídica e política se eleva e a qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens a que determina o ser. Ao contrário, o ser social é o que determina a consciência (MARX, 1983).





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

A análise da relação trabalho, história e educação, no âmbito das transformações da sociedade brasileira no final do século XIX e início do século XX, tratando especificamente dos ideais republicanos e o processo educacional das crianças negras nas comunidades quilombolas do Paraná, deve considerar o processo histórico e dialético presente na constituição do período delimitado, pois,

Considera-se que o conhecimento em geral e, especificamente, o conhecimento histórico-educacional configura um movimento que parte do todo caótico (síncrese) e atinge, por meio da abstração (análise), o todo concreto (síntese). Assim, o conhecimento que cabe à historiografia educacional produzir consiste em reconstruir, através das ferramentas conceituais (categorias) apropriadas, as relações reais que caracterizam a educação como um fenômeno concreto. (SAVIANI, 2008, p. 3)

Reconstruir historicamente o processo educativo das crianças negras nas comunidades quilombolas do Paraná em sua totalidade consiste em procurar desvendar o passado partindo de um objeto real, ainda como parte de um movimento da história. Percorre-se um caminho em busca da essência da realidade, que não se dá imediatamente, mas de forma nebulosa e confusa, procurando desvelar o real apresentado na forma de fenômeno. A partir do conhecimento da totalidade é possível então retornar ao objeto de estudo compreendendo as conexões e a contextualização dos fatos reais. Trata-se então de reconstruir a trajetória do fenômeno à essência.

O método de análise desta pesquisa, citado anteriormente, terá como pressuposto teórico-metodológico o Materialismo Histórico e Dialético, que propõe para a investigação de determinado objeto que se parta das condições concretas de existência, pois é na

[...] produção social da sua existência, que os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social (MARX, 1979, p.23).

Analisar o processo histórico educativo das crianças negras nos quilombos do Paraná, utilizando como referencia essa orientação metodológica, pressupõe realizar uma análise da totalidade das relações, políticas, econômicos e sociais, presentes na sociedade da época, pois a





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

educação não se dá de forma isolada, mas faz parte da vida do ser humano e articula-se às transformações do modo como os mesmos produzem materialmente a sua existência. Reconstruir historicamente o objeto em estudo utilizando o método dialético consiste em entender a realidade concreta, pois,

[...] o modo e a possibilidade de conhecer a realidade dependem, afinal de uma concepção da realidade, explícita ou implícita. A questão: como se pode conhecer a realidade? É sempre precedida por uma questão mais fundamental: que é a realidade? (KOSIK, 1976, p.35).

A partir das categorias de análise, expostas anteriormente, parte-se para a compreensão do real, ou seja, compreender como se deu o processo educativo das crianças negras nas comunidades quilombolas do Paraná em sua dimensão histórico-social, para que desse modo as relações concretas se tornem compreensíveis pela mediação do abstrato. Compreender historicamente o objeto em estudo significa reconstruir no plano teórico as mediações sociais constitutivas, relacionando o passado e o presente.

Para se compreender o todo, o pensamento precisa partir do real concreto ao abstrato e posteriormente do abstrato para o concreto, ou seja,

O concreto é concreto por ser a síntese de múltiplas determinações, logo, a unidade da diversidade. É por isso que ele é para o pensamento um processo de síntese, um resultado, e não um ponto de partida, apesar de ser o verdadeiro ponto de partida e, portanto, igualmente o ponto de partida da observação imediata e da representação (MARX, 1983, p.218).

A realidade não se apresenta diretamente, mas como fenômeno, atingir a essência implica em compreender a realidade em sua totalidade, ou seja, entendê-la como um todo a partir da análise e da síntese, do abstrato e do concreto. Portanto, analisar a educação nas comunidades quilombolas pressupõe um estudo da totalidade, pois, a educação está inserida no contexto histórico em que surge e se desenvolve, e não pode ser entendida separadamente da vida social.

A partir do pressuposto teórico e metodológico do Materialismo Histórico e Dialético, a pesquisa sobre os processos educativos das comunidades quilombolas, será realizada nos Quilombos mais antigos no estado do Paraná. Quanto à delimitação do período histórico da pesquisa, este abarcará o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Os procedimentos metodológicos a serem adotados na pesquisa consistem nas seguintes etapas:

- Revisão bibliográfica: Esta etapa da pesquisa consiste na realização de uma ampla revisão bibliográfica sobre as principais categorias trabalhadas na pesquisa.
- Pesquisa documental: Consiste no levantamento e na catalogação de documentos sobre negros (escravos e ex-escravos) e Quilombos, disponíveis no Arquivo Público e Biblioteca Pública do Paraná.
- Pesquisa de campo: Esta etapa da pesquisa diz respeito à realização de pesquisas nas comunidades quilombolas mais antigas do Paraná, para obter dados e informações que contribuam para a reconstrução histórica de como ocorreu a educação e a escolarização das crianças quilombolas. Para tanto, pretende-se utilizar a entrevista como principal instrumento de coleta de dados junto aos quilombolas

É preciso salientar que o levantamento e a catalogação das fontes primárias e secundárias sobre os negros no Paraná, bem como as entrevistas coletadas nas comunidades, não será suficiente para a realização da pesquisa em sua totalidade, ou seja, as fontes não podem falar por si só. Para a dialética materialista, o conhecimento é infinito não existindo a verdade absoluta, apenas a objetiva, o desenvolvimento e a transformação da humanidade estão sempre em movimento. Deste modo, seguir o método proposto pressupõe a análise da totalidade a partir das abstrações. Parte-se do concreto e percorre-se o caminho do abstrato a partir da revisão bibliográfica sobre o tema abordado, para que ocorra então a união da análise e da síntese, ou seja, a ruptura das partes e a totalidade.

Referências

COSTA, E.V. **A abolição**. 8ª. ed. ver.e ampl. – São Paulo: Editora UNESP, 2008.

ENGELS, Friedrich. **A origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado** / Friedrich Engels; tradução de Leandro Konder – 12. ed. – Rio de Janeiro – RJ: Bertrand Brasil S.A, 1991.

IANNI, Octávio. **Raças e classes sociais no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira S.A, 1972.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

_____. **A metamorfose do escravo: apogeu e crise da escravatura no Brasil.** ed., São Paulo: Hucitec, Curitiba: Scientia et labor, 1988.

KOSIK, K. **Dialética do Concreto.** Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1976.

LOPES, N. **Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana.** São Paulo: Selo Negro, 2004.

MARTINS, R. **História do Paraná.** Curitiba: Travessa dos editores, 1995.

MARX, K. **Trabalho assalariado e Capital.** Rio de Janeiro. Editora Vitória, 1954.

MARX, K. **Prefácio à Contribuição Crítica da Economia Política.** In: Marx, K. e Engels. , F. Textos. Vol3 São Paulo: Alfa-Omega, 1977.

_____. **Contribuição à crítica da economia política.** São Paulo. Martins Fontes, 1983.

MARX, K. ENGELS, F. **A ideologia alemã I.** Lisboa: Editora Presença, 1979.

MOURA, C. **Quilombos Resistência ao escravismo.** São Paulo. Editora Ática, 1987.

_____. **Dialética Radical do Brasil Negro.** São Paulo, Editora Anita Ltda, 1994.

_____. **Rebeliões da Senzala.** 4ª. ed. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1988.

NASCIMENTO, M.I.M. **A primeira Escola de Professores dos Campos Gerais – PR.** 225f. Tese (Doutorado em Filosofia e História). Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas, 2004

_____. In: Diana Gonçalves Vidal, (org.). **Grupos Escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893 – 1971).** Campinas, SP: Mercado de Letras, 2006.

PODOSSETNIK, V. SPIRKINE, A. **Fundamentos da Dialética da História.** São Paulo. Editora Argumentos, 1966.

PONCE, Aníbal. **Educação e Luta de Classes.** / Aníbal Ponce; Traduzido do original em espanhol/ publicado por J. Hector Matera – Buenos Aires, 1957. Tradução para a língua portuguesa de José Severo de Camargo Pereira – São Paulo: Fulgor, 1963.

REIS, J. J; GOMES, F. S. **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil.** São Paulo: Companhia das letras, 2008.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: Primeiras aproximações polêmicas do nosso tempo.** 7. ed. São Paulo. Autores associados, 2000.

_____. **História das idéias pedagógicas no Brasil /** Dermeval Saviani. – 2. Ed. Ver. E ampl. – Campinas, SP: Autores Associados, 2008. – (Coleção memória da educação).

SCHMITT, A; TURATTI, M. C. M.; CARVALHO, M. C. P. **A Atualização do Conceito de Quilombo: Identidade e Território nas Definições Teóricas.** In: Ambiente & Sociedade, Ano V, número 10, 1º semestre de 2002.

SCHELBAUER, Anaete Regina. **Idéias que não se realizam: o debate sobre a educação do povo no Brasil de 1870 a 1914/** Anaete Regina Schelbauer. Maringá: EDUEM, 1998.

